



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

**CIDADES SUSTENTÁVEIS  
E DESENVOLVIMENTO**

JAN/FEV 2019

NÚMERO 18

# ÍNDICE

## TÍTULO

CIDADES SUSTENTÁVEIS E  
DESENVOLVIMENTO

## EDIÇÃO E PROPRIEDADE

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

## CONSELHO EDITORIAL

CARLOTA BICHO, FRANCISCA MAGANO,  
JOÃO PEREIRA, PEDRO CRUZ, RITA LEOTE

## COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

RENÉ HARTINGER, VÍTOR RAMALHO,  
LIA GIL ANTUNES, REDE PORTUGUESA  
DAS CIDADES EDUCADORAS,  
FRANCISCO FERREIRA, FRANCISCO  
ROCHA GONÇALVES, RITA LOPES, EDITE  
RODRIGUES, EDUARDO LOPEZ MORENO R.,  
LUCIA KIWALA

## DESIGN GRÁFICO

ANA GRAVE

## ISSN

2182-8199

## DATA

FEVEREIRO 2019

## CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA

DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,  
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /  
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /  
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD  
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /  
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

[ILUSTRAÇÃO DA CAPA]

MARIAN PEDROSA

## 3 EDITORIAL

### 5 DOSSIER 'CIDADES SUSTENTÁVEIS E DESENVOLVIMENTO'

### 5 REFLEXÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO DAS AGENDAS URBANAS COM OS ODS

*René Hartinger*

### 9 O CIDADÃO NO CENTRO DAS RESPOSTAS DAS CIDADES INTELIGENTES

*Vítor Ramalho*

### 10 CIDADES COM QUALIDADE

*Francisco Ferreira*

### 12 MULHERES E TERRITÓRIOS: A DIMENSÃO DA EQUIDADE DE GÉNERO NO PENSAR E FAZER A CIDADE

*Lia Gil Antunes*

### 14 O CONCEITO DE CIDADE EDUCADORA

*Rede Portuguesa de Cidades Educadoras*

### 16 ENTREVISTA: À CONVERSA COM ONU HABITAT

*Entrevista realizada por Carlota Bicho*

### 19 RECURSOS

## 20 EM REDE

### AS CIDADES E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

*Francisco Rocha Gonçalves*

## 22 BOAS PRÁTICAS

### A CULTURA DA TERRA: UMA LINGUAGEM UNIVERSAL.

*Rita Lopes*

## 24 INICIATIVA

### O DESAFIO DA GESTÃO DE RESÍDUOS EM CONTEXTOS INSULARES

*Edite Rodrigues*

## 27 PUBLICAÇÕES



# EDITORIAL

No desafio lançado aos autores que fazem este número, o tema “Cidades sustentáveis e desenvolvimento” deu origem a vários ensaios que espelham oportunidades e desafios. O conjunto de artigos e experiências desafiam todos os envolvidos no planeamento, desenho transformação e vivência dos territórios, a refletir sobre urbanização, desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos.

Tendo como ponto de partida as duas abordagens que orientam o caminho para a urbanização sustentável e inclusiva – a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana – é evidente o papel das cidades neste processo e a rapidez da urbanização.

O Secretário-Geral do Vienna Ecosocial Forum, René Hartinger, em *Reflexões sobre a articulação das agendas urbanas com os ODS*, reforça a ideia de que “os ODS são uma bússola política e um instrumento de comunicação” e que as cidades têm responsabilidade e potencial na concretização dos ODS.

Vitor Ramalho, Presidente do Conselho Diretivo da URB-ÁFRICA, apresenta no seu artigo, *O cidadão no centro das respostas das cidades inteligentes*, os desafios da concentração populacional nas áreas metropolitanas.

Género, educação e ambiente são três dos temas abordados nos artigos seguintes. Em *Mulheres e territórios*, Lia Gil Antunes, Co-Fundadora da associação Mulheres na Arquitectura, fundamenta que “a construção de urbes mais justas tem de incluir as especificidades da diversidade feminina”. A educação, a evolução do conceito e dos espaços que ocupa, é abordada pela Rede Portuguesa de Cidades Educadoras, no artigo *O conceito de Cidade Educadora*. Em *Cidades com qualidade*, Francisco Ferreira, ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, defende que uma “cidade sustentável tem de ser um espaço onde se respeitem os valores culturais e a sua história, valorizando ou construindo igualmente corredores ecológicos.”

Na secção “à Conversa com...”, Eduardo Lopez Moreno R. e Lucia Kiwala da ONU Habitat, respondem a questões sobre o papel da cooperação internacional no desenvolvimento urbano sustentável e da sociedade civil na promoção de cidades social e ambientalmente sustentáveis, bem como, dos principais desafios e as oportunidades de um mundo em transformação.

O papel dos municípios na cooperação internacional é apresentado por Francisco Rocha Gonçalves, Presidente do Conselho Executivo da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, defendendo que “a cooperação descentralizada municipal pode ser (...) um importante vetor da APD portuguesa.”

Na Secção *Boas Práticas*, Rita Lopes, AIDGLOBAL, apresenta-nos “Práticas de inclusão de mulheres migrantes através de agricultura urbana”, designadamente o projeto Urbagri4Women.

Em destaque em *Iniciativa*, o artigo *O desafio da gestão de resíduos em contextos insulares*, de Edite Rodrigues, TESE, apresenta as várias iniciativas que a organização tem estado envolvida São Tomé e Príncipe nesta área, desde a construção de uma Central de Processamento de Resíduos, à criação de uma mini série de animação infantil para sensibilizar para a mudança de comportamentos.

Considerando a história da urbanização e do desenvolvimento urbano, torna-se evidente o “paradoxo urbano”: a urbanização cria oportunidades, como também traz desafios que colocam os cidadãos em situações vulneráveis.

Esperamos que este número da Revista levante questões e abra caminhos.

Boas leituras!

**FRANCISCA MAGANO**

MEMBRO DA DIREÇÃO DA PLATAFORMA  
PORTUGUESA DAS ONGD







## REFLEXÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO DAS AGENDAS URBANAS COM OS ODS

RENÉ HARTINGER

*Rene Hartinger participou na criação do SDG Watch Austria em 2017 e 2018 e é atualmente Secretário-Geral do Vienna Ecosocial Forum.*

*Este artigo foi publicado pela primeira vez no website do SDG Watch Europe, a 24 de Janeiro de 2019.*

TRADUÇÃO POR MARTA LISBOA

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é o documento mais importante e amplamente conhecido para uma transformação sustentável das nossas sociedades e do nosso sistema global. Explicado de forma muito sucinta (pelo menos que me ocorra), abre caminho para um futuro com mais bem-estar e condições de vida decentes para todos, à medida que a prosperidade económica e social vai deixando de depender da exploração dos outros – quer seja de pessoas que trabalham na cadeia de produção e fornecimento, ou de sistemas marítimos sobreexplorados. As florestas que são abatidas e espécies extintas por causa de juros de curto prazo, ou os contribuintes e trabalhadores que sustentam o bem comum ao passo que outros desviam milhares de milhões para paraísos fiscais. E, como é óbvio: as gerações futuras que, simplesmente, não irão ter as mesmas oportunidades, uma vez que os seus antepassados encheram de tal modo a atmosfera de gases com efeito de estufa que o clima terá colapsado. Trata-se, para lhe dar um nome, daquilo a que o cientista austro-alemão Uli Brand chamou “modo de

vida imperial” - um estilo de vida de alguns, que se baseia na exploração não sustentável e não ética, e que não pode, simplesmente, generalizar-se. O principal desafio é superar os bloqueios à sustentabilidade. De modo a concretizá-lo, os ODS colocaram com prontidão as questões certas e tiveram em consideração os critérios corretos de modo a avançarmos em direção a um mundo habitável para todos. Os 17 Objetivos destacam as bases que foram identificadas na preparação para a Visão 2030 – que é um mundo em equilíbrio. Estes objetivos são bastante úteis a diferentes níveis políticos: em primeiro lugar, servem para nos lembrar dos 17 principais pontos que a comunidade mundial achou importante ter em conta em decisões, medidas, estratégias e iniciativas políticas. Em segundo lugar, são suficientemente “terra-a-terra” para darem início a conversas a respeito do mundo em que queremos viver em 2030 com a maioria das pessoas, mesmo com aquelas que não vêm aos nossos painéis de discussão ou que não partilham do nosso entusiasmo por termos como “desenvolvimento sustentável”, “economia de mercado socioecológica” ou “transformação socioecológica”. Não obstante, e apesar dos entraves reduzidos, a abordagem sistémica que sustenta os ODS está a ir cada vez mais longe, assim os tenhamos presentes e os levemos em consideração no nosso pensamento e na nossa ação.

Com particular incidência nas zonas urbanas e nas cidades, podemos fazer algumas suposições se pensarmos no papel, responsabilidade e potencial das cidades na concretização destes 17 objetivos (e nas sociedades e cidades habitáveis e sustentáveis que os mesmos visam).

'COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NAS ZONAS URBANAS E NAS CIDADES, PODEMOS FAZER ALGUMAS SUPOSIÇÕES SE PENSARMOS NO PAPEL, RESPONSABILIDADE E POTENCIAL DAS CIDADES NA CONCRETIZAÇÃO DESTES 17 OBJETIVOS [DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL].'

Mais de 50% da população mundial já vive em cidades, e daqui a poucas décadas já serão 70% ou mais, o que realça o peso do que está a acontecer nos centros (falo em centros porque as cidades – as pequenas e as regiões metropolitanas igualmente – são sempre de grande importância para as regiões rurais que as rodeiam). As cidades são também com frequência incubadoras da vida cultural, intelectual e espiritual de uma nação, e isso importa por duas razões: em primeiro lugar, a cultura é o que está subjacente aos nossos modos de vida e, por conseguinte, a transformação precisa de começar por aqui, enraizada na nossa cultura e valores. Em segundo lugar, muitas ideias, que podiam abrir caminho para um 2030 habitável, nascem, são incubadas, negociadas e experimentadas nos centros. Por último, mas não menos importante, muitas soluções sustentáveis (nomeadamente uma rede de transportes públicos bem desenvolvida, cuidados de saúde universais e programas de segurança social, transmissão de energia a longa distância, etc.) são baseadas na inovação e em investimentos em infraestruturas que apenas fazem sentido nas cidades por causa da preponderância financeira – razão pela qual é nos centros que, geralmente, encontramos metropolitano, salas de ópera e hospitais.

Por esse motivo, podemos pensar na Agenda 2030 e nos respetivos 17 Objetivos de duas maneiras diferentes. A primeira é que os ODS são uma bússola política e um instrumento de comunicação, o que permite às cidades (e aos seus autarcas, políticos, administradores, etc.) interagirem com os cidadãos e com diversos intervenientes de modo a discutirem as condições de vida e áreas envolventes que querem em 2030, e a desenvolver as estratégias e iniciativas adequadas no decorrer desses processos. Quanto mais usarmos os

objetivos nestes diálogos, maior compreensão e familiaridade existirá ao trabalhar com eles, o que é bastante benéfico: torna os processos políticos mais inclusivos e integradores, e é mais eficiente, uma vez que não há necessidade de estar constantemente a explicar termos como “transformação socioecológica”, “cidade inteligente” ou algo do género. Os ODS estão a tornar mais terra-a-terra estes termos complicados sem grandes entraves – o que é muito importante, porque as agendas urbanas e muitas pessoas simplesmente SÃO terra-a-terra. Resumindo: esta perspetiva sugere, portanto, que nos centremos nos benefícios e oportunidades dos ODS no processo político e social e no diálogo.

'AS CIDADES SÃO TAMBÉM COM FREQUÊNCIA INCUBADORAS DA VIDA CULTURAL, INTELECTUAL E ESPIRITUAL DE UMA NAÇÃO'

A outra maneira de pensar nos ODS em contexto urbano é “ao contrário” – não começar com os ODS propriamente ditos, mas com temas de relevância urbana concretos. Habitação, tráfego, fornecimento de água e energia, qualidade do ar, coesão social, sistemas de saúde e ensino, prevenção e redução da pobreza – estes e muitos outros tópicos estão no centro das agendas urbanas. Por conseguinte, poderia ser uma abordagem promissora para promover os ODS junto dos agentes urbanos sem ter de começar com “Sabia que existe um novo conjunto de objetivos definidos pelas Nações Unidas que...”. Em vez disso, por exemplo, e uma vez que a habitação é um assunto de extrema importância para os presidentes da câmara, podíamos começar com uma abordagem diferente – “Sabemos que a habitação é um tema importante na sua cidade e que está a trabalhar nisso. Sabe, as Nações Unidas definiram um novo conjunto de objetivos para um futuro melhor para todos, que podem ser bastante úteis ao lidar com questões tão complexas. Pode usar este conjunto de objetivos – os “ODS” – na sua cidade de modo a encontrar a melhor solução possível para o desenvolvimento de políticas de habitação para os próximos anos entrando em contacto com os seus cidadãos e com outros agentes no mundo inteiro (outras cidades, cientistas, organizações da sociedade civil ou empresas) para obter mais informações sobre o que é importante e exequível, ou para promover iniciativas locais junto





da comunidade ODS a nível internacional.” Conversas deste género podem não apenas reduzir os entraves mas também promover novas potencialidades, uma vez que o trabalho com os ODS amplia sempre o campo de visão e permite uma abordagem mais ponderada e organizada à complexidade dos temas relacionados com o desenvolvimento sustentável.

'AQUI EM VIENA, POR EXEMPLO, E COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NA HABITAÇÃO, OS ODS AJUDARAM-NOS A PERCEBER QUE A APLICAÇÃO, HÁ MAIS DE 100 ANOS, DO BEM SUCEDIDO “MODELO DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VIENA” NÃO SÓ NOS DEU VANTAGEM NA CONCESSÃO DE HABITAÇÃO A PREÇOS ACESSÍVEIS, MAS TAMBÉM NA REDUÇÃO DE EMISSÕES E PROTEÇÃO DE NICHOS ECOLÓGICOS NA NOSSA CIDADE, DISPONIBILIZANDO ÀS PESSOAS LUGARES DE RECRIAÇÃO LOCAL À PORTA DE CASA'

A utilização conjunta destas duas visões e abordagens é, do nosso ponto de vista, promissora e profícua, permitindo libertar o potencial para a transformação sustentável das áreas urbanas (ou o inverso, possibilitando fugir aos bloqueios à sustentabilidade). Aqui em Viena, por exemplo, e com especial incidência na habitação, os ODS ajudaram-nos a perceber que a aplicação, há mais de 100 anos, do bem sucedido “modelo de habitação social de Viena” não só nos deu vantagem na concessão de habitação a preços acessíveis, mas também na redução de emissões e proteção de nichos ecológicos na nossa cidade, disponibilizando às pessoas lugares de recreação local à porta de casa, e muito mais. Mas os 17 Objetivos também foram úteis para percebermos e comunicarmos que a habitação a preços acessíveis só é uma solução se existirem igualmente serviços públicos de grande qualidade, estabilidade social e um meio ambiente saudável e robusto. E isto implica, evidentemente, o nosso dever de cuidar do futuro – i.e. através da educação e de medidas generalizadas para a proteção do clima e da natureza. Por tudo isto, consideramos que os ODS e a Agenda 2030 são de extrema importância e revestem-se de enorme potencial, e é de bom grado e por iniciativa própria que os usamos. Mas também servem para nos lembrar que este conjunto de metas e símbolos são apenas uma nova nomenclatura para aquilo em que os nossos antecessores têm estado a trabalhar muito antes de 2015 – cidades de qualidade em que as gerações futuras possam viver. Compreender isto pode ser mobilizador – permite-nos associar o nosso próprio esforço e história a uma abordagem nova e promissora e a uma linguagem comum que nos conduzirá a um futuro risonho e habitável.







## O CIDADÃO NO CENTRO DAS RESPOSTAS DAS CIDADES INTELIGENTES

VÍTOR RAMALHO

PRÉSIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DA URB-ÁFRICA

Os estudos do crescimento demográfico no mundo e da distribuição da população são unânimes na afirmação de que cerca de 60 a 80% da população mundial viverá nas cidades dentro de escassos anos.

No que respeita às cidades africanas, esta afirmação não pode deixar de ter presente que a maioria da população é jovem, resultado do facto da fertilidade feminina ser, em média, de 5 a 7 filhos.

Se esta é e vai ser a realidade com que os responsáveis dos governos e das cidades se terão de debater, ela será de uma enorme dimensão.

É por isso que, de forma crescente, as Organizações Internacionais e os espaços económicos e políticos supranacionais têm as cidades em particular atenção nos estudos e propostas para poderem responder a esses complexos problemas com que serão confrontadas no futuro.

Por isso se fala hoje tanto em cidades inteligentes e as cidades africanas não deixarão de ser convocadas para este debate.

O que está em causa é a grande concentração populacional nas áreas metropolitanas das cidades africanas, constituídas por aglomerados maioritariamente jovens, ainda em idade escolar.

O facto de alguns países africanos terem experimentado guerras fratricidas prolongadas, como foram, a título exemplificati-

vo, os casos de Angola e Moçambique, no que respeita a países de língua oficial portuguesa, veio a determinar um acrescido fluxo migratório dos campos para as cidades e, em particular, para as cidades capitais, arrastando problemas específicos.

Estes problemas têm a ver com a exigência de uma planificação de retorno às regiões originárias por parte dos migrantes, após o termo dos conflitos armados, objetivo muito difícil de alcançar dadas as relações entretanto estabelecidas no novo quadro em que esses migrantes passaram a viver.

A situação coloca os responsáveis das cidades com dilemas que as megametrópoles trazem à luz do dia, que vão desde a mobilidade, à salubridade e saneamento básico, passando pela energia, pela planificação urbana, saúde, educação e até alimentação.

'O QUE ESTÁ EM CAUSA É A GRANDE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS DAS CIDADES AFRICANAS, CONSTITUÍDAS POR AGLOMERADOS MAIORITARIAMENTE JOVENS, AINDA EM IDADE ESCOLAR.'

As respostas à dimensão destes problemas implicam a priorização de um método para os abordar de forma articulada. Esse método tem um sentido – um plano de organização que se fundamenta na sustentabilidade da cidade e seja concebido de forma inteligente. Ele tem de ter, no centro das preocupações, o cidadão enquanto tal, respondendo ao seu bem-estar e à qualidade de vida. O plano não prescinde do confronto das experiências com outras cidades e nestas com programas e planos de ação avançados, num salutar intercâmbio.

Tão fácil, porém, de planejar... Tão difícil, porém, de alcançar!...



## CIDADES COM QUALIDADE

FRANCISCO FERREIRA

ZERO - ASSOCIAÇÃO SISTEMA TERRESTRE SUSTENTÁVEL

Atualmente 55% da população vive em áreas urbanas. Porém, no ano 2050 prevê-se que venha a ser 68%. As cidades são e serão espaços onde a sustentabilidade constituirá um desafio cada vez maior em todos os domínios e onde o comportamento de cada um dos seus habitantes terá de estar em articulação com diversas políticas do nível municipal ao global.

Num mundo que precisa de combater as alterações climáticas e que usa excessivamente os recursos, apresentando uma pegada ecológica que no caso de Portugal requeria mais de 2,3 planetas se todos vivessem como os portugueses, todas as variáveis são importantes. Numa cidade o fornecimento de bens, nomeadamente para alimentação, o uso da água, a produção de resíduos, a necessidade de garantir uma mobilidade sustentável baseada em modos suaves como andar a pé ou de bicicleta ou recorrendo ao transporte público, a garantia de um planeamento que permita aos habitantes usufruir de espaços verdes e de ruas e avenidas onde os níveis de ruído e de poluição do ar não prejudiquem a saúde pública ou ainda a existência de um parque habitacional onde o conforto térmico seja garantido, são verdadeiros dramas num caminho para um desenvolvimento sustentável.

'O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO É O ASPETO MAIS CRUCIAL QUE CONDICIONA A QUALIDADE DE VIDA POSSÍVEL NUMA CIDADE E SIMULTANEAMENTE O MAIS RESILIENTE'

O ordenamento do território é o aspeto mais crucial que condiciona a qualidade de vida possível numa cidade e simultaneamente o mais resiliente. Na prática, o que fazemos é muitas das vezes corrigir e não propriamente reconstruir de novo, da-

dos os custos económicos, mas inclusive também sociais e ambientais de tais ações, muitas delas com forte oposição de quem vive e/ou trabalha numa cidade. É assim preciso determinação aliada à capacidade de sensibilização e esclarecimento sobre muitos dos projetos disruptivos que uma cidade necessita.

'CONSUMIDORA DE ENORMES QUANTIDADES DE ÁGUA, ENERGIA E MATERIAIS, UMA CIDADE É COMO QUE UM ECOSISTEMA QUE TEM DE SUPORTAR A VIDA DE MILHARES A MILHÕES DE PESSOAS'

Consumidora de enormes quantidades de água, energia e materiais, uma cidade é como que um ecossistema que tem de suportar a vida de milhares a milhões de pessoas, muitas delas que se deslocam diariamente da periferia. Vale assim a pena pensar em prioridades, que independentemente da dimensão da cidade, pudessem dar um contributo para uma cidade mais amiga de quem a frequenta ou nela reside e também do ambiente. Em primeiro lugar, uma cidade sustentável tem de ser um espaço onde se respeitem os valores culturais e a sua história, valorizando ou construindo igualmente corredores ecológicos que permitam a circulação de ar, da água e que permitam o usufruto de áreas verdes. As cidades têm de ser renováveis e eficientes o que se poderá concretizar nomeadamente através da utilização painéis fotovoltaicos em telhados para produção de eletricidade ou de coletores para água quente solar sanitária. A recuperação de edifícios de modo a reduzir os consumos de energia, os investimentos num sistema de gestão de resíduos que privilegie uma economia circular e não a deposição em aterro ou a sua queima, ou ainda a reutilização da água residual para rega ou lavagens são valências fundamentais. A mobilidade é talvez um dos maiores desafios. Tirar os automóveis das cidades, principalmente do seu centro, tem sempre grande oposição mas é vital para melhorar o ar que se respira e para reduzir o ruído. Uma maior utilização de veículos elétricos, quer no transporte público, quer na componente de distribuição de mercadorias, pode ser uma ajuda. A verdadeira tradução dos custos ambientais e sociais de muitas das opções é crucial para se escolherem as medidas mais adequadas. Por último, uma cidade tem de ser inclusiva e participada, tendo por principal objetivo uma vivência feliz dos residentes, que não devem ser os preteridos face à tentação dos serviços e do turismo ou nunca será sustentável.







## MULHERES E TERRITÓRIOS: A DIMENSÃO DA EQUIDADE DE GÉNERO NO PENSAR E FAZER A CIDADE

LIA GIL ANTUNES

ARQUITETA E INVESTIGADORA

CO-FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITETURA

As cidades são espaços de convivência, trocas, partilhas e experiências vitais; todavia, geram igualmente desigualdades no acesso aos recursos, aos serviços e ao desfrute pleno dos direitos sociais, económicos e culturais – sendo a problemática de género transversal. A experiência dos espaços urbano e rural das raparigas e mulheres não é igual à dos homens e a transversalidade de género está presente em todos os âmbitos do fazer e viver o ambiente construído (mobilidade, nível de ocupação e usos do espaço público, etc.). Também as vivências urbanas não são homogêneas para a diversidade da condição feminina, variando com a faixa etária, situação laboral (ou inexistência de trabalho assalariado), maternidade, classe social, raça, entre outras variáveis identitárias.

Enquanto ferramenta conceptual e categoria de análise, a valência de género formula outras questões sobre o habitat: quem projeta os lugares? para quem? que modelos admite? Partindo do reconhecimento das diferenças no uso e disfrute dos espaços (dependentes das hierarquias, privilégios e estereótipos de género), tais estratégias espaciais têm evidenciado dois temas principais: (i) as rotinas da vida quotidiana e da esfera dos cuidados e do trabalho não-remunerado – aspetos essenciais à vida mas invisíveis no planeamento e produção das cidades, (ii) a visibilização das experiências e das necessidades reais da diversidade das raparigas e mulheres.

A definição de habitats seguros e inclusivos tem ocupado lugar em resoluções a nível mundial. A Agenda 2030 das Nações Unidas estipula 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, nos quais se inclui a dimensão da igualdade de género (ODS5) e a dimensão das cidades e comunidades sustentáveis (ODS11)<sup>1</sup>. Também as diretrizes da Nova Agenda Urbana<sup>2</sup> evidenciam uma visão comum para os territórios urbanos e rurais onde “... todas e todos as/os habitantes, sem qualquer discriminação, possam viver e construir cidades justas, seguras, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis”<sup>3</sup>. Estas resoluções demonstram uma maior compreensão e consciencialização das instâncias internacionais para a problemática, cujos primeiros debates aconteceram décadas antes, em programas como *Femmes et Ville*<sup>4</sup> e *Gender-sensitive Planning*<sup>5</sup>.

### 'A EXPERIÊNCIA DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL DAS RAPARIGAS E MULHERES NÃO É IGUAL À DOS HOMENS E A TRANSVERSALIDADE DE GÉNERO ESTÁ PRESENTE EM TODOS OS ÂMBITOS DO FAZER E VIVER O AMBIENTE CONSTRUÍDO'

A construção de urbes mais justas tem de incluir as especificidades da diversidade feminina – as fases e estilos de vida, experiências, pontos de vistas, necessidade diárias – no momento de pensar, planear e atuar sobre o território. A efetiva participação comunitária assume-se como ferramenta metodológica principal ao longo de todas as fases do planeamento urbano: centra-se no empoderamento da vizinhança e das mulheres, enquanto acumuladoras de conhecimento sobre os lugares. A criação de sentimentos de pertença e de responsabilização é essencial para que todas as pessoas se sintam bem-vindas, cómodas e criativas, e para que cuidem e permaneçam no espaço público. Trata-se sobretudo de um convite à construção de uma nova urbanidade fundamentada num pacto social. Isto é, a construção de territórios mais justos e saudáveis para todas e todos (seres humanos e não-humanos) e a elaboração de propostas inclusivas e representativas da diferença e da diversidade cultural, social e política.





'ENQUANTO FERRAMENTA  
CONCEPTUAL E CATEGORIA DE  
ANÁLISE, A VALÊNCIA DE GÉNERO  
FORMULA OUTRAS QUESTÕES  
SOBRE O HABITAT: QUEM PROJETA  
OS LUGARES? PARA QUEM? QUE  
MODELOS ADMITE?'

*(A associação **Mulheres na Arquitectura – MA** – é uma organização portuguesa sem fins lucrativos fundada em 2017 com o objetivo de trazer a perspectiva de género para a reflexão, investigação, comunicação, formação e divulgação nas várias práticas implicadas no fazer arquitetura, cidade e território).*

<sup>1</sup> OS DESAFIOS SÃO AMPLOS E ESTENDEM-SE DA HABITAÇÃO, TRANSPORTES E ESPAÇOS PÚBLICOS SEGUROS, À URBANIZAÇÃO INCLUSIVA, PARTICIPATIVA E SUSTENTÁVEL, COM ENFOQUE ESPECIAL NAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (MULHERES, CRIANÇAS, PESSOAS COM ALGUMA LIMITAÇÃO OU CONDICIONANTE E POPULAÇÃO IDOSA.)

<sup>2</sup> ENQUANTO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DA CONCRETIZAÇÃO DA AGENDA 2030, A NOVA AGENDA URBANA REFORÇA A SUA IMPLEMENTAÇÃO LOCAL E LANÇA AS LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA OS MODOS COMO SE PLANIFICAM, DESENHAM, FINANCIAM E ADMINISTRAM AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS. FOI ADOPTADA EM 2016 PELAS NAÇÕES UNIDAS NA CONFERÊNCIA HABITAT III.

<sup>3</sup> PPDM. (2017). INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO NA NOVA AGENDA URBANA. LISBOA: PLATAFORMA PORTUGUESA PELOS DIREITOS DAS MULHERES, P. 3

<sup>4</sup> PROGRAMA LIDERADO POR ANNE MICHAUD EM MONTRÉAL (1988–2004): TRABALHOU-SE O TEMA DA SEGURANÇA DE RAPARIGAS E MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO (APLICADO A DIVERSOS CONTEXTOS E DEPOIS REPLICADO POR OUTROS PAÍSES).

<sup>5</sup> PROGRAMA COORDENADO POR EVA KEIL EM VIENA, DESDE 1995: INICIA-SE COM O PROJETO-MODELO DE HABITAÇÃO COLETIVA FRAÜEN-WERK-STADT, POR E PARA MULHERES (1992, PROJETO URBANO DE FRANZISKA ULLMANN), E O PROJECTO-PILOTO DE TRANSFORMAÇÃO COM PERSPETIVA DE GÉNERO DO BAIRRO MUNICIPAL MARIAHILFER (2002–2006).



## O CONCEITO DE CIDADE EDUCADORA

### REDE PORTUGUESA DE CIDADES EDUCADORAS

Nas etapas evolutivas do conceito de Cidade Educadora podemos verificar um primeiro momento (Alfieri, 1994, citado por Villar, 2001) que se caracteriza pelo reconhecimento da importância de uma população culta. Isso cria as condições para que a comunidade se organize e apresente à Escola um conjunto de recursos que esta irá selecionar. Estamos numa fase em que, de acordo com o autor, não existe reciprocidade na abertura que a comunidade apresenta à Escola, uma vez que a Escola não abre, também, as suas portas.

Nos anos 80, como resultado das críticas a uma visão “escola-cêntrica” começa a perspetivar-se a ideia de que a cidade deve procurar canais alternativos à instituição escolar na relação com os cidadãos, alargando-se também a perspetiva educadora a outros públicos-alvo que não apenas as crianças e jovens. Numa terceira fase começa a vislumbrar-se a importância de um projeto educativo territorial, em que se complexificam as relações entre as instituições educativas formais e a comunidade, em que se reconhece a possibilidade de todos os sujeitos participarem na sua construção e em que a educação “não é só responsabilidade dos estratos tradicionais (Estado, família e escola) mas também do município, das associações, das indústrias culturais, das empresas com vontade educadora e de todas as instâncias da sociedade. Por isso há que potenciar a formação dos agentes educativos não escolares e o fortalecimento do tecido associativo” (Ayuntamiento de Barcelona, 1990, p. 111).

Os princípios do conceito de Cidade Educadora, materializam-se na Carta das Cidades Educadoras, aprovada em 2004 pelo conjunto de cidades que fazem parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), num encontro que teve lugar em Génova.

### A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

Atualmente fazem parte da AICE 489 cidades de 36 países, das quais 75 são portuguesas. As políticas desenvolvidas pelas cidades que mundialmente integram a associação têm impacto na vida de uma população de mais de 100 milhões de pessoas. Os 20 princípios da carta das cidades educadoras enquadram-se nas seguintes áreas: Igualdade, Diversidade, Diálogo Intergeracional, Qualidade de vida, Política Educativa, Responsabilidade Partilhada, Identidade, Planeamento urbano, Participação, Acessibilidade, Sustentabilidade, Governança, Cultura, Formação, Inclusão, Coesão, Colaboração, Associativismo, Acesso à informação e Cidadania.

Para ilustrar as políticas implementadas pelos governos locais, a AICE dispõe de um banco de experiências com a divulgação de cerca de 1000 projetos desenvolvidos em todo o mundo.

São atualmente desafios da AICE, e consequentemente da *Rede Portuguesa*:

- / Potenciar o impacto da AICE dentro e fora da rede, entre os seus membros e noutras instâncias, assim como estabelecer sinergias com outras organizações que trabalhem na linha da Carta.
- / Reforçar as capacidades dos governos locais associados e das organizações da sociedade civil na definição, implementação e acompanhamento de políticas públicas transversais visando avançar no cumprimento da Carta de Cidades Educadoras.
- / Promover a reflexão em torno do conceito de Cidade Educadora e promover a sua aplicação em diversos âmbitos.
- / Consolidar a AICE como uma rede global com capacidade para fortalecer e dar apoio ao trabalho levado a cabo pelas cidades membro, estando a rede portuguesa empenhada na promoção da lusofonia no quadro alargado da associação internacional.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1990). LA CIUDAD EDUCADORA. BARCELONA: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA.

VILLAR, M. (2001). A CIDADE EDUCADORA. LISBOA: INSTITUTO PIAGET







# À CONVERSA COM... ONU HABITAT

## ENTREVISTADOS:

### EDUARDO LOPEZ MORENO R.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA ONU-HABITAT

### LUCIA KIWALA

CHEFE DA UNIDADE DE RELAÇÕES DE PARCERIA, DEPARTAMENTO DE PARCEIROS E COORDENAÇÃO INTERAGÊNCIA | DIVISÃO DE RELAÇÕES EXTERNAS DA ONU-HABITAT

ENTREVISTA REALIZADA POR  
**CARLOTA BICHO**  
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA  
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

## QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE UM MUNDO EM RÁPIDA URBANIZAÇÃO? E QUAL TEM SIDO A ATUAÇÃO DA ONU-HABITAT NESTA MATÉRIA?

O mundo continua a testemunhar o incremento de sua população urbana desde a adoção da Nova Agenda Urbana (NUA, em Inglês) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2015, 54%, ou 4 bilhões de habitantes, moravam em áreas urbanas. Estima-se que em 2030, 60%, ou 5,1 bilhões de habitantes, residirão nas cidades.

A crescente desigualdade, a exclusão social e a segregação espacial geram uma dramática concentração de desvantagens em lugares específicos e para grupos sociais específicos. O Programa das Nações Unidas

para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) estima que mais de 75% das cidades são agora mais desiguais que há 20 anos atrás. Além disso, as áreas urbanas são cada vez mais epicentros de crises, insegurança e violência, alimentando o deslocamento e a migração forçada. A maioria dos 25 milhões de refugiados e 40 milhões de pessoas deslocadas no mundo vivem hoje em cidades e assentamentos urbanos, muitas vezes sob condições habitacionais difíceis. A habitação permanece em grande parte inacessível tanto no mundo em desenvolvimento quanto no mundo desenvolvido. Globalmente, 1,6 bilhão de pessoas vive em

'A CRESCENTE  
DESIGUALDADE, A  
EXCLUSÃO SOCIAL E A  
SEGREGAÇÃO ESPACIAL  
GERAM UMA DRAMÁTICA  
CONCENTRAÇÃO DE  
DESVANTAGENS EM  
LUGARES ESPECÍFICOS  
E PARA GRUPOS SOCIAIS  
ESPECÍFICOS.'

habitações desadequadas, das quais aproximadamente 1 bilhão vive em assentamentos informais sem serviços básicos. Todas estas formas de exclusão afetam desproporcionalmente mulheres, jovens, idosos, migrantes e outros grupos marginalizados.

As cidades são também lugares de oportunidades, inovação, mudança social e prosperidade. Muitos centros urbanos servem como catalisadores de produtividade e vetores de desenvolvimento, criando soluções inovadoras que contribuem para a

melhoria da qualidade de vida para todos. Com a adoção da Nova Agenda Urbana, a comunidade internacional concordou que a urbanização bem planeada é um fator de mudança positiva.

A ONU-Habitat concentra-se no compromisso e contribuição para a implementação da NUA e dos ODS, particularmente no que se refere à premissa de não deixar ninguém para trás. A agência combina trabalho normativo e operacional e está presente em mais de 95 países e desenvolve cada vez mais um papel de coordenação e de ponto focal no sistema da ONU, com o objetivo de promover a urbanização sustentável como um motor de desenvolvimento e paz para melhorar as condições de vida de todos ". Recentemente a ONU-Habitat aprovou o Plano Estratégico 2020-2025 no qual propõe servir os Estados Membros, governos subnacionais e locais, e outros atores urbanos chave, na procura de quatro Domínios de Mudança: 1) redução da desigualdade espacial e da pobreza nas comunidades em todo o contínuo urbano-rural; 2) maior prosperidade compartilhada de cidades e regiões; 3) fortalecimento da ação climática e melhoria do ambiente urbano; e 4) prevenção e resposta eficaz a crises urbanas.

**DE QUE FORMA A NOVA AGENDA URBANA, ADOTADA NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (HABITAT III) EM 2016, ASSUME OS COMPROMISSOS DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?**

A Nova Agenda Urbana enfatiza a importância das agendas de desenvolvimento global e procura estabelecer um vínculo mais forte entre elas. A NUA foi concebida como um acelerador da Agenda 2030. Vários ca-



pítulos e a estratégia de implementação da NUA procuraram reforçar ações como o Acordo de Paris, adotado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e a Estrutura de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030.

## 'AS CIDADES SÃO TAMBÉM LUGARES DE OPORTUNIDADES, INOVAÇÃO, MUDANÇA SOCIAL E PROSPERIDADE.'

Os esforços em curso para implementar a Nova Agenda Urbana são indissociáveis do cumprimento dos objetivos, princípios e metas das outras agendas, todos com importantes dimensões urbanas e territoriais. Por isso, a ONU-Habitat enfatiza a necessidade de compreender as interligações destas agendas, a fim de tomar decisões informadas que permitam adotar soluções duradouras, e considera fundamental a monitorização e análise sistemáticas, juntamente com políticas e iniciativas que permitam criar coerência na implementação das agendas globais, a partir duma abordagem holística e integrada.

### **QUAL É O PAPEL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL?**

A cooperação e as parcerias têm estado sempre no centro das atividades da ONU, e as recentes agendas de desenvolvimento global procuram também fortalecer a participação de vários atores, reconhecendo a importância das parcerias para o desenvolvimento sustentável.

A ONU-Habitat criou uma estratégia nova de cooperação e parceria, que se articula

com os esforços gerais do sistema e as políticas de reforma estrutural do Secretário Geral que procuram tornar mais eficientes as regiões e fortalecer as equipas da ONU a trabalhar nos diversos países. O objetivo é fortalecer a coerência de todo o sistema no estabelecimento de relações operacionais com parceiros globais, e em particular com o Setor Empresarial, o que faz parte do chamado "Pacto Global".

A cooperação para o desenvolvimento é um veículo essencial para mobilizar e compartilhar conhecimento, *expertise*, tecnologia e recursos financeiros. A NUA apela a “novas formas de parcerias diretas entre governos e a sociedade civil, a todos os níveis, inclusive através de mecanismos e plataformas permanentes de base ampla e com recursos suficientes para cooperação e consulta aberta a todos”, e nesse sentido a ONU-Habitat tem trabalhado numa plataforma interativa sobre os problemas, processos e soluções que a agência está a promover (Plataforma da NUA).

## 'OS ESFORÇOS EM CURSO PARA IMPLEMENTAR A NOVA AGENDA URBANA SÃO INDISSOCIÁVEIS DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E METAS DAS OUTRAS AGENDAS, TODOS COM IMPORTANTES DIMENSÕES URBANAS E TERRITORIAIS.'

A natureza multidisciplinar da urbanização exige uma abordagem holística, com vários atores a trabalhar em conjunto.

## 'A COOPERAÇÃO E AS PARCERIAS TÊM ESTADO SEMPRE NO CENTRO DAS ATIVIDADES DA ONU, E AS RECENTES AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL PROCURAM TAMBÉM FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS ATORES, RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.'

### **E DE QUE FORMA A SOCIEDADE CIVIL PODE CONTRIBUIR PARA A PROMOÇÃO DE CIDADES SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS?**

A sociedade civil (SC) pode realizar ações de *advocacy* sustentadas para promover cidades ambientalmente sustentáveis, seguras, resilientes e inclusivas, com base nas suas áreas de competência. Pode trabalhar no sentido de priorizar esta questão na sensibilização pública, nas políticas nos processos de tomada de decisão e no apoio programático e de doadores, levantando questões sobre cidades e mudanças climáticas, cidades resilientes e redução do risco de desastres, por exemplo. As organizações podem intervir para empoderar os grupos mais pobres e mais vulneráveis, que muitas vezes são deixados para trás. Podem procurar chegar a políticos, incluindo políticos a nível local e nacional, envolver-se com a equipa técnica e a administração pública da cidade. Podem também colaborar



com outras organizações, construir alianças com os governos, o sistema das Nações Unidas, os media e as organizações de base religiosa, entre outras.

'A SOCIEDADE CIVIL (SC) PODE REALIZAR AÇÕES DE ADVOCACY SUSTENTADAS PARA PROMOVER CIDADES AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS, SEGURAS, RESILIENTES E INCLUSIVAS, COM BASE NAS SUAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA.'

Ainda ao nível do trabalho de influência a sociedade civil pode contribuir em todos os níveis local, nacional e global. A Nova Agenda Urbana foi desenvolvida com contribuições da sociedade civil e outras partes interessadas, e o papel das partes interessadas na implementação, acompanhamento, monitorização e elaboração de relatórios também é reconhecido. Existem normas e padrões nacionais e globais que promovem o envolvimento da sociedade civil nos processos nacionais e intergovernamentais. Assim, a sociedade civil precisa aproveitar tais normas e padrões e efetivamente envolver-se na política e na tomada de decisões, embora muitas vezes apenas como observadora. O Regulamento Interno do Conselho de Ministros da ONU e as resoluções pertinentes prevêm consultas às partes interessadas em reuniões e processos intergovernamentais da ONU-Habitat.

Do ponto de vista da monitorização e reporte, a sociedade civil pode promover o ajustamento de normas e padrões globais em cidades ambientalmente sustentáveis e

promover monitorização e relatórios. Se as organizações conhecerem os compromissos que os respetivos governos assumiram, podem acompanhar e promover a responsabilidade pelo que acontece nos níveis nacional e local. Por exemplo, a sociedade civil pode contribuir para os relatórios nacionais sobre a implementação da Nova Agenda Urbana e o ODS 11 - Construir Cidades e Assentamentos Humanos e, em alguns casos, também preparar relatórios-sombra, dando a sua perspetiva sobre a implementação de várias normas e padrões.

A intervenção das organizações pode também passar pela especialização numa área relevante e contribuir para enfrentar os principais desafios numa dada localização geográfica. As organizações podem promover cidades ambientalmente sustentáveis através das suas próprias ações, incluindo a mobilização de comunidades e outros atores para fazer algo. Podem contribuir para a recolha de dados, análise e disseminação, documentação e partilha de experiências e boas e más práticas com outras pessoas.

'SE AS ORGANIZAÇÕES CONHECEREM OS COMPROMISSOS QUE OS RESPETIVOS GOVERNOS ASSUMIRAM, PODEM ACOMPANHAR E PROMOVER A RESPONSABILIDADE PELO QUE ACONTECE NOS NÍVEIS NACIONAL E LOCAL.'

Algumas organizações com alcance global, regional e nacional podem mobilizar recursos que podem ser partilhados com as suas redes de membros nacionais e locais que trabalham nesta temática.

'O SETOR [DA SOCIEDADE CIVIL] PODE COCRIAR E INOVAR SOLUÇÕES PARA OS DESAFIOS URBANOS E PODE AJUDAR A IDENTIFICAR E INCENTIVAR OUTRAS PARTES INTERESSADAS A ABORDAR QUESTÕES-CHAVE DENTRO DO ÂMBITO DAS CIDADES AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS.'

A Sociedade Civil ativamente envolvida na área das cidades ambientalmente sustentáveis é às vezes convocada para avaliar a eficácia, a eficiência, e a relevância de alguns programas / projetos, podendo assim aconselhar sobre o que funciona e o que não funciona, sobre as lições aprendidas e sobre como melhorar o programa.

O setor pode cocriar e inovar soluções para os desafios urbanos e pode ajudar a identificar e incentivar outras partes interessadas a abordar questões-chave dentro do âmbito das cidades ambientalmente sustentáveis.





---

## RECURSOS FUNDAMENTAIS

Habitat for Humanity (2017), *“Affordable for good: Building inclusive communities through homes that last”*

OCDE (2015), *“The Metropolitan Century: Understanding Urbanisation and its Consequences”*

ODI (2018), *“10 things to know about the impacts of urbanization”*

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2017), *“Integração da Dimensão da Igualdade de Género na Nova Agenda Urbana”*

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, *“Population Division (2018). The World’s Cities in 2018—Data Booklet”*

World Bank (2017), *Africa’s Cities: Opening Doors to the World, released today.*

## ‘SITES’ DE REFERÊNCIA

*UN Habitat*

*Habitat III*

*Africapolis.org*

*Fórum das Cidades*

---



# AS CIDADES E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

FRANCISCO ROCHA GONÇALVES

PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO DA RICD

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

A RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento nasce da constatação, por parte dos municípios, da necessidade destes saberem trabalhar em rede, com outros municípios, assim como com outros agentes de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e alargando a privados (ONGD e Empresas).

A assinatura do protocolo fundador da Rede, em março de 2013, marcou uma viragem, pelo menos do ponto de vista da vontade e da visão dos signatários, sobre a cooperação descentralizada. O ano de 2013, foi um período marcante da intervenção da Troika em Portugal, que diminuiu em muito os recursos dos agentes públicos (caso concreto, dos municípios) para as tarefas mais tradicionais, *mister* para a cooperação para o desenvolvimento. Os recursos eram escassos, a APD ou outras ações de cooperação eram vistas como um luxo por alguns setores. Conscientes desta realidade, um grupo de municípios, apoiados pelo empenho do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), souberam inovar, criando uma rede de municípios para o desenvolvimento deste tipo de cooperação.

Paralelamente, a própria evolução dos destinos tradicionais de cooperação portuguesa (países africanos de língua oficial portuguesa), passou a implicar ações de desenvolvimento mais complexas e de outra dimensão financeira. Acresce que a própria lógica de desenvolvimento internacional, assenta cada vez mais na criação de dinâmicas de rede para possível obtenção, ou acesso aos fundos disponíveis.

Conquanto evidentes dificuldades decorrem de maior complexidade das redes, maiores são as oportunidades que das mesmas

decorrem: se construir um liceu em África constitui tarefa quase hercúlea para um município português, o trabalho em rede permite tornar possível o que outrora podia apenas ser sonhado.

'CONQUANTO EVIDENTES DIFICULDADES DECORREM DE MAIOR COMPLEXIDADE DAS REDES, MAIORES SÃO AS OPORTUNIDADES QUE DAS MESMAS DECORREM: SE CONSTRUIR UM LICEU EM ÁFRICA CONSTITUI TAREFA QUASE HERCÚLEA PARA UM MUNICÍPIO PORTUGUÊS, O TRABALHO EM REDE PERMITE TORNAR POSSÍVEL O QUE OUTRORA PODIA APENAS SER SONHADO.'

Naturalmente, para os municípios, mesmo para estes mais empenhados que estão na ajuda ao desenvolvimento, agir em rede é como que uma negação de uma natureza individualista pelo que, estes primeiros anos têm sido como que de aprendizagem nos ganhos mútuos da nova realidade. Para ilustrar estas aprendizagens, mencionamos algumas das iniciativas e projetos mais emblemáticos que a RICD tem vindo a promover:

/ Formação de técnicos para elaboração de projetos para o desenvolvimento, como a que ocorreu recentemente sobre “O papel dos municípios na implementação da ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento”. A RICD é subscritora do Plano de Ação da ENED 2018-2022, que prevê contribuir, através da sua implementação para os Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS);

/ Localização dos ODS: os municípios, por meio dos seus planos municipais, concretizam e adaptam a sua ação, contribuindo para atingir as metas dos ODS;

/ Assinatura do protocolo com a Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos (programa das plataformas locais): para apoio aos municípios deste país na implementação dos ODS. A ANMCV é um parceiro estratégico para a localização dos ODS;



/ A RICD promove os ODS através do trabalho em rede, fazendo parte da Aliança ODS Portugal, plataforma *multistakeholder* criada pela United Nations Global Compact Network Portugal.

Para terminar, importa referir que a rede se assume, cada vez mais, como um interlocutor privilegiado dos municípios portugueses, com vocação e vontade de agir no desenvolvimento internacional.

A cooperação descentralizada municipal pode ser, e da nossa capacidade de materializar as nossas crenças e expectativas tal dependerá, um importante vetor da APD portuguesa.

A política de cooperação portuguesa não é análoga à de países como a Dinamarca, Suécia ou Suíça. Portugal tem um lastro histórico que, em grande medida, hoje se reflete na sua política de cooperação, isto decorre de responsabilidade e interesse nacional específico, que os municípios podem ajudar a cumprir. Tarefas como o saneamento, a infraestruturação das cidades e a capacitação dos governos locais poderão ser muito melhor realizadas com o envolvimento dos atores municipais.

A RICD está totalmente disponível para ser parte do futuro, parte de uma melhor e mais eficiente cooperação para o desenvolvimento. A nossa causa é comum. A nossa causa é a Humanidade.



AÇÃO DE FORMAÇÃO ORGANIZADA PELA RICD ODS – PERCURSOS GLOBAIS, PERCURSOS LOCAIS – EDUCAR PARA O DESENVOLVIMENTO



# A CULTURA DA TERRA: UMA LINGUAGEM UNIVERSAL.

PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
DE MULHERES MIGRANTES  
ATRAVÉS DE AGRICULTURA URBANA

RITA LOPES

AIDGLOBAL – AÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

*O Urbagri4Women — Práticas inovadoras e iniciativas urbanas conjuntas para promover a integração de mulheres migrantes na sociedade de acolhimento através de atividades de agricultura urbana* foi um projeto de dois anos, cofinanciado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração FAMI/AMIF da Comissão Europeia que envolveu Organizações de 7 países — Áustria, Chipre, França, Grécia, Itália, Portugal e Reino Unido, tendo a AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global como a entidade nacional parceira.

Iniciado em outubro de 2016, este programa teve como objetivo fomentar a integração, na sociedade de acolhimento, de mulheres migrantes, incluindo as que solicitaram asilo e as beneficiárias de proteção internacional, capacitando-as para o desenvolvimento de iniciativas agrícolas inovadoras e de subsistência que viabilizem a reabilitação e valorização urbana, potenciando o diálogo intercultural e a existência de cidades e comunidades cada vez mais sustentáveis.

Entre outros meios utilizados é de salientar os Laboratórios de Agricultura Urbana (LAU) e os Focus Groups com comunidades regionais detentoras de *know how* específico. Nos LAU, através da horticultura, dinamizaram-se várias atividades de educação não formal tendo sido abordados vários temas, nomeadamente a comida saudável, o empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho e o diálogo intercultural. Esta proposta

foi aceite pela AIDGLOBAL como um desafio e um misto de dúvidas e certezas. Se, por um lado, a temática das Migrações e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos eram familiares, por outro, o recurso a hortas comunitárias para promover práticas de integração de mulheres migrantes estava fora da área de enfoque dos nossos projetos habituais.

Nesse sentido, procurámos proceder do modo que (sempre) nos fez sentido: encontrar entidades locais que entendessem e agarrassem este empreendimento com a mesma dedicação e entusiasmo que nós. Começámos por definir o local de ação e, sendo a AIDGLOBAL uma ONGD pertencente ao concelho de Loures que, para além de ser um concelho saloio, conta com habitantes de mais de 120 nacionalidades diferentes, a escolha pareceu-nos óbvia.

Tendo-se, então, definido o concelho de Loures como anfitrião deste projeto, estabeleceram-se duas parcerias estratégicas: com a START.SOCIAL, Cooperativa Sócio-Educativa para Desenvolvimento Comunitário, C.R.L, com quem trabalhamos na Urbanização Terraços da Ponte e com o Centro de Acolhimento para os Refugiados, que faz parte do Conselho Português para os Refugiados (CPR), com estatuto de ONGD, na Bobadela. De forma a colmatar a insuficiência de conheci-

'ESTE PROGRAMA TEVE COMO  
OBJETIVO FOMENTAR A INTEGRAÇÃO,  
NA SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO, DE  
MULHERES MIGRANTES, INCLUINDO  
AS QUE SOLICITARAM ASILO E AS  
BENEFICIÁRIAS DE PROTEÇÃO  
INTERNACIONAL, CAPACITANDO-AS  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE  
INICIATIVAS AGRÍCOLAS INOVADORAS.'

mentos especializados sobre horticultura biológica, por parte da equipa da AIDGLOBAL, aliámo-nos ao Projeto Hortas Ecológicas que, como o nome indica, baseia o seu trabalho numa horticultura biológica, através de ações de formação e aconselhamento, atividades em escolas e *workshops*. Munidos





URBAGRI4WOMEN, AID GLOBAL

de todas as ferramentas necessárias e com uma equipa multidisciplinar, em cada um destes locais, criámos uma horta sem recurso a pesticidas e produtos artificiais, recorrendo à consociação de plantas, sistema de rega gota-a-gota e composto e fertilizantes naturais.

Os dois grupos com os quais se trabalhou apresentavam diferenças significativas entre si, não só no que diz respeito ao país de origem das participantes como também relativamente aos interesses e empenho demonstrados durante as atividades. Na Urbanização dos Terraços da Ponte, a maioria das participantes era proveniente de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Angola, estando a viver em Portugal há já algum tempo. Neste grupo existia uma ligação muito grande às origens e a um passado de trabalho na terra. Por outro lado, no Centro de Acolhimento para Refugiados, o grupo foi sofrendo várias alterações ao longo dos trabalhos, tendo em conta a dinâmica do próprio Centro. As origens eram ainda mais díspares, com mais de dez nacionalidades diferentes, com reflexo no grau e qualidade do envolvimento nos diversos tipos de tarefas. Ainda assim, entre as várias línguas que se falaram durante o curso, encontrou-se um dialeto que em que todos nos entendemos: o do sorriso no rosto. E assim, desde pequenos-almoços saudáveis e sobremesas tipicamente portuguesas até à polinização das curgetes e às flores comestíveis, conseguiu-se uma partilha de experiências e de saberes.

Para além de todo o trabalho realizado nos sete países que fizeram parte do projeto, o Urbagri4Women teve mais uma

particularidade: foi idealizado tendo as mulheres como beneficiárias diretas e as equipas que o puseram em prática, nos vários países, eram, também, compostas maioritariamente por mulheres.

Para encerrar os dois anos de atividade, a AIDGLOBAL recebeu os países parceiros, bem como todos os interessados no tema, no Museu da Cerâmica de Sacavém para a Conferência “Agricultura Urbana e Desenvolvimento – Contributos de e para Mulheres Migrantes e Refugiadas”. Contou, ainda, com a presença das várias entidades locais que apoiaram o projeto e de algumas das participantes da formação.

Terminados estes dois anos, deixar que o projeto caia no esquecimento não é opção. E, para garantir os resultados previstos, as parcerias estabelecidas são fundamentais e asseguram a sua continuidade. No caso do Urbagri4Women, ambas as entidades que participaram no projeto – Câmara Municipal de Loures e Centro de Acolhimento dos Refugiados – estão a trabalhar no sentido de manter as hortas.

Um projeto vai sempre mais para além do que está planeado na candidatura. Constitui um misto de orgulho pela obra feita e de autossatisfação para quem faz parte dele — a equipa que o implementa, as entidades locais que o apoiam e cada uma das participantes que lhe dedicou o seu tempo e o seu alento.



# O DESAFIO DA GESTÃO DE RESÍDUOS EM CONTEXTOS INSULARES

EDITE RODRIGUES

COORDENADORA DE PAÍS E GESTORA DE PROJETOS – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, TESE

O crescimento da população mundial tem sido acompanhado pelo aumento da produção de resíduos. Esta é uma problemática global de difícil solução, sendo necessário mitigar os seus impactes negativos, que se agrava nos países em desenvolvimento, onde não estão criados instrumentos legais suficientes nem existe disponibilidade económica e/ou conhecimento técnico para implementar soluções adequadas.

A procura de soluções é mais urgente em contextos urbanos, uma vez que há maior concentração de população e padrões de consumo diferentes dos do meio rural, que levam a uma maior produção de resíduos inorgânicos. Nas periferias dos centros urbanos as condições de saneamento básico deterioram-se ainda mais e a qualidade das vias de acesso dificulta a recolha mais frequente e eficaz de resíduos, levando ao aumento dos problemas de saúde pública.

'A PROCURA DE SOLUÇÕES É MAIS URGENTE EM CONTEXTOS URBANOS, UMA VEZ QUE HÁ MAIOR CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO E PADRÕES DE CONSUMO DIFERENTES DOS DO MEIO RURAL, QUE LEVAM A UMA MAIOR PRODUÇÃO DE RESÍDUOS INORGÂNICOS'

São Tomé e Príncipe, à semelhança de outros pequenos estados insulares, depara-se com dificuldades na gestão de resíduos, verificando-se a deposição em lixeiras a céu aberto e consequente contaminação de solos e recursos hídricos. A reciclagem é uma atividade pouco atrativa do ponto de vista económico, quer pelo investimento que representa, quer pela baixa quantidade e qualidade dos materiais.

A TESE, conhecendo os territórios e culturas em que está presente, pauta a sua atuação com a procura e implementação de soluções adaptadas a cada realidade, que garantam a sustentabilidade ambiental, económica e social, contribuindo para o desenvolvimento de políticas de base, sensibilização e integração de soluções que possam ser continuadas pós projeto, com recurso a meios humanos e materiais locais, com tempo de vida útil mais longo e sem equipamentos especializados.

'SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, À SEMELHANÇA DE OUTROS PEQUENOS ESTADOS INSULARES, DEPARA-SE COM DIFICULDADES NA GESTÃO DE RESÍDUOS, VERIFICANDO-SE A DEPOSIÇÃO EM LIXEIRAS A CÉU ABERTO E CONSEQUENTE CONTAMINAÇÃO DE SOLOS E RECURSOS HÍDRICOS'

Em STP, a TESE trabalha a gestão integrada de resíduos desde 2013, nos projetos ValoRES e +ValoRES, financiados pela UE e pelo Camões, visando a dinamização e consolidação de iniciativas numa ótica de economia verde, geradoras de emprego e autonomia a nível da gestão de resíduos. Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

/ Construção de ECOjojós, estruturas em alvenaria que promovem a separação de resíduos e substituem os contentores importados, cujo tempo de vida útil é reduzido. A capacidade de deposição pode ser variável de acordo com cada comunidade e a recolha pode ser feita manualmente;

/ Construção e apetrechamento de uma Central de Processamento de Resíduos que recebe anualmente mais de 50 toneladas de resíduos (vidro, latas e plástico) e os valoriza de forma sustentável e adaptada ao contexto do país. O vidro é triturado e usado na construção civil como substituto de areia, na produção de bancadas de cozinha e casa de banho e no fabrico de objetos decorativos. A reciclagem de plástico iniciará em breve, com recurso a máquinas adquiridas pelo +ValoRES que permitem valorizar todos os tipos de plástico num circuito fechado e sem desperdícios;

(<https://www.facebook.com/cprsaotome/>)

/ Apoio na criação negócios na cadeia de valor dos resíduos, nomeadamente a ERICC, associação subcontratada, desde 2015, pela Câmara de Caué para gestão dos resíduos produzidos no distrito (recolha, valorização e deposição final);

/ Criação de uma mini série de animação “As Ilhas do Chocolate” para o público infantil santomense, com o objetivo de sensibilizar para a necessidade de alterar comportamentos em relação ao ambiente;

/ Construção de duas infraestruturas de deposição final de resíduos, aterros controlados de Caué e Lembá. Esta é uma solução de baixo custo na construção e operação, de fácil manutenção e que representa um avanço significativo face à situação predominante no país.

A TESE reconhece que ainda há um longo caminho a percorrer mas o despertar para a mudança já se iniciou.

'A RECICLAGEM É UMA ATIVIDADE  
POUCO ATRATIVA DO PONTO DE VISTA  
ECONÓMICO, QUER PELO INVESTIMENTO  
QUE REPRESENTA, QUER PELA BAIXA  
QUANTIDADE E QUALIDADE DOS  
MATERIAIS.'



PROJETO +VALORES, TESE







# PUBLICAÇÕES



## TOWARDS A SUSTAINABLE EUROPE BY 2030

por COMISSÃO EUROPEIA  
em 2019

língua INGLÊS

Como parte do debate sobre o futuro da Europa, lançado com o Livro Branco da Comissão em 2017, a Comissão Europeia publicou o documento de reflexão “Towards a Sustainable Europe by 2030”. Orientando-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, o documento identifica os principais elementos facilitadores da transição para a sustentabilidade e descreve cenários possíveis para a realização dos ODS.



## WORLD EMPLOYMENT AND SOCIAL OUTLOOK: TRENDS 2019

por ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO  
em 2019

língua INGLÊS

Este relatório da OIT detalha os indicadores do mercado laboral relevantes para a prosperidade e bem-estar humanos, fornecendo uma visão geral das tendências globais e regionais no emprego, desemprego, participação da força de trabalho, produtividade, emprego informal, pobreza no trabalho, etc. O relatório conclui que as poucas condições de trabalho são uma preocupação primordial para a maioria da força de trabalho global.

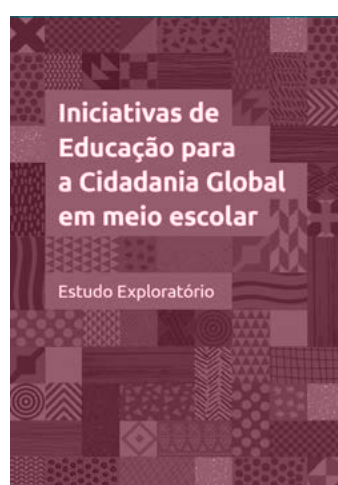


## REGULATING POLITICAL ACTIVITY OF CIVIL SOCIETY

por OCDE  
em 2019

língua INGLÊS

“Trends Shaping Education 2019” examina as principais tendências económicas, políticas, sociais e tecnológicas que afetam a educação, e levanta questões que visam informar o pensamento estratégico e estimular a reflexão sobre os desafios da educação - e sobre como e se a educação pode influenciar essas tendências. A publicação abrange uma grande variedade de tópicos relacionados com a globalização, democracia, segurança, envelhecimento e culturas modernas.

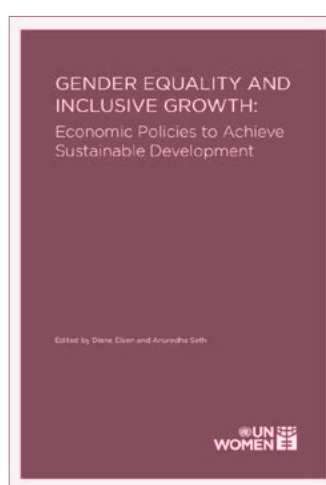


## INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL EM MEIO ESCOLAR – ESTUDO EXPLORATÓRIO

por: CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL (CIDAC) E FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA (FGS)  
em 2019

língua PORTUGUÊS

Este estudo exploratório nasce do projeto “Desafios Globais”, promovido pelo CIDAC e pela FGS, e co-financiado pelo Camões, I.P. e pela Fundação Calouste Gulbenkian, e tem por objetivo principal perceber quais as práticas de Educação para a Cidadania que são levadas a cabo em meio escolar em Portugal, em particular, compreender em que medida estas iniciativas se cruzam com o que se entende neste projeto por Educação para a Cidadania Global (ECG).

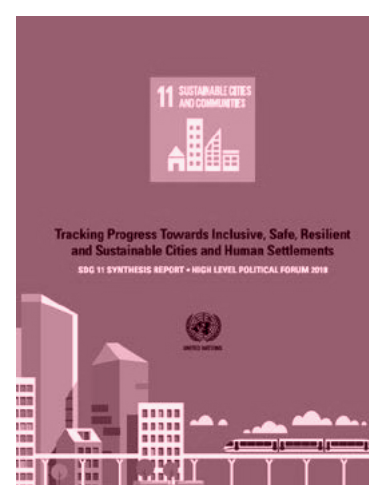


## GENDER EQUALITY AND INCLUSIVE GROWTH

por DIANE ELSON AND ANURADHA SETH (EDITORS) | UN WOMEN  
em 2019

língua INGLÊS

Esta publicação argumenta que o crescimento económico é um processo com uma dimensão intrínseca de género, e que as desigualdades de género podem de facto ser barreira à prosperidade partilhada. Defende-se que para termos um crescimento verdadeiramente inclusivo, o padrão de crescimento tem de criar trabalho digno e oportunidades de trabalho a mulheres e homens. A publicação releva também a importância do trabalho de cuidado e doméstico não remunerados.



## TRACKING PROGRESS TOWARDS INCLUSIVE, SAFE, RESILIENT AND SUSTAINABLE CITIES AND HUMAN SETTLEMENTS

por UN HABITAT  
em 2019

língua INGLÊS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade. O objetivo 11, um dos 17 ODS, é sobre todas essas dimensões, com um foco específico em áreas e ambientes urbanos, e este relatório demonstra o progresso, desafios e oportunidades da monitorização Global do ODS 11.



**ACEP** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

**ADDHU** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

**ADIRN** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE

**ADPM** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

**ADRA** ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

**AIDGLOBAL** ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

**AJAP** ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

**AMU** COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

**APCD** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

**APDES** AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

**APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

**APOIAR** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

**ASSOCIAÇÃO HELPO**

**ASSOCIAÇÃO PAR** RESPOSTAS SOCIAIS

**ATA** ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

**ATLAS** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**CÁRITAS PORTUGUESA**

**CHAPITÔ**

**CIDAC** CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

**CONCEITOS DO MUNDO** ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CPR** CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

**EQUIPA D'ÁFRICA**

**EAPN PORTUGAL** REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**EPAR** DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

**FCL** FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

**FEC** FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

**FGS** FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

**FUNDAÇÃO BOMFIM**

**FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT**

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO**

**G.A.S. PORTO** GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

**GRAAL** ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

**GIRL MOVE PORTUGAL**

**HEALTH4MOZ**

**ICE** INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS

**IMVF** INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

**IPAV** INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

**LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**MDM – P** MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

**MENINOS DO MUNDO**

**MONTE** DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

**MSH** MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

**MUNDO A SORRIR** ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

**OIKOS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA**

**ORBIS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**PRO DIGNITATE** FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

**RAIA HISTÓRICA** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

**ROSTO SOLIDÁRIO** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

**SAÚDE EM PORTUGUÊS**

**SAPANA**

**SOLSEF** SOL SEM FRONTEIRAS

**SOPRO** SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

**TERRAS DENTRO** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

**TESE** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**UMP** UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

**UNICEF** COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

**URB-ÁFRICA** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

**VIDA** VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

**VITAE** ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

**VSF** VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

**WACT** WE ARE CHANGING TOGETHER

COM O APOIO DE



EM COLABORAÇÃO COM



OS CONTEÚDOS DESTES DOCUMENTOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS E NÃO PODEM, EM CASO ALGUM, SER CONSIDERADOS COMO EXPRESSÃO DAS POSIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA